

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ENÉIAS ROSSONI

DETERMINANTES E ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO  
BRASILEIRO NO PERÍODO 1999-2009

Porto Alegre

2010

ENÉIAS ROSSONI

DETERMINANTES E ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO  
BRASILEIRO NO PERÍODO 1999-2009

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Antonio Ernani Martins Lima.

Porto Alegre

2010

ENÉIAS ROSSONI

DETERMINANTES E ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO  
BRASILEIRO NO PERÍODO 1999-2009

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Prof. Antonio Ernani Martins Lima - orientador  
UFRGS

---

Prof. Julio Cesar de Oliveira  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Heloisa Lenz  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional e financiamento dos meus estudos.

À Thaiana pelo carinho e paciência.

Ao professor Lima, que me orientou na realização desta monografia.

Aos professores Julio Cesar de Oliveira e Maria Heloisa Lenz, que aceitaram participar da banca.

Aos colegas de faculdade, colegas de trabalho e demais familiares que me apoiaram durante o curso de graduação, principalmente no período de realização desta monografia.

## RESUMO

O presente trabalho analisa os determinantes e a estrutura do spread bancário brasileiro no período de 1999 a 2009, com base nos principais trabalhos empíricos realizados no Brasil e no exterior. Os determinantes do spread bancário brasileiro, analisados no trabalho, são a taxa de juros, o crescimento econômico e a concentração do setor bancário. Os componentes da estrutura do spread bancário brasileiro, analisados no trabalho, são os custos administrativos, a inadimplência, os tributos e a margem líquida dos bancos.

**Palavras-chave:** Intermediação financeira. Bancos. Taxa de juros. Spread bancário.

## ABSTRACT

The present work analyzes the determinants and the structure of the brazilian banking spread in the period 1999 to 2009, based on the main empirical works realized in Brazil. The brazilian banking spread determinants analyzed, in this work, are the interest rate, the bank concentration and the economic growth. The components of the brazilian banking spread structure analyzed, in this work, are the administrative costs, the default, the taxes and the banking net margin.

**Keywords:** Financial intermediation. Bank. Interest rate. Banking spread.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Operações de crédito do sistema financeiro (Risco total)/PIB - % .....	11
Gráfico 2 - Crédito Doméstico ao Setor Privado em 2007 (países selecionados).....	11
Gráfico 3 - Evolução do spread bancário médio das operações de crédito com recursos livres e taxas de juros pré-fixadas (% a.a.).....	25
Gráfico 4 - Taxa SELIC acumulada no mês anualizada (% a.a.) .....	31
Gráfico 5 - Taxa de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional (%).....	47
Quadro 1 - Modelo de Balanço Patrimonial de um banco .....	16

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação no saldo das contas do Ativo do sistema financeiro por tipo de instituição financeira (saldo em out/2009) .....	15
Tabela 2 - Taxa de Juros pré-fixada (% a.a.) das principais modalidades de crédito para PJ ..	21
Tabela 3 - Taxa de Juros pré-fixada (% a.a.) das principais modalidades de crédito para PF ..	22
Tabela 4 - Spread bancário em países selecionados (% a.a.) .....	28
Tabela 5 - Evolução do spread bancário - países selecionados (% a.a.).....	28
Tabela 6 - Margem líquida de juros (países selecionados).....	29
Tabela 7 - Taxas de juros reais em 40 países selecionados .....	33
Tabela 8 - Evolução do número de bancos no Brasil por tipo.....	35
Tabela 9 - Participação no total de depósitos à vista de 106 bancos em 2009 .....	35
Tabela 10 - Índice de concentração em países selecionados .....	36
Tabela 11 - Estrutura do spread bancário em 1999 .....	41
Tabela 12 - Evolução da estrutura do spread bancário 1999 – 2000.....	42
Tabela 13 - Evolução da estrutura do spread bancário 1999 – 2003.....	43
Tabela 14 - Estrutura do spread bancário 2000 – 2003 .....	44
Tabela 15 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2007 (%).....	45
Tabela 16 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2008 (%).....	46
Tabela 17 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2008 (% a.a.) .....	46
Tabela 18 - Evolução da estrutura do spread em bancos públicos 2004 – 2008 (% a.a.).....	48
Tabela 19 - Evolução da estrutura do spread em bancos privados 2004 – 2008 (% a.a.) .....	48
Tabela 20 - Participação no spread bancário bruto - 1º semestre de 2005 (%).....	50



## LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interfinanceiro
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	International Financial Statistics
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IR	Imposto de Renda
LIBOR	London Interbank Offer Rate
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
RDB	Recibo de Depósito Bancário
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
VAR	Vetores Auto Regressivos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E SPREAD BANCÁRIO</b> .....	13
2.1 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA .....	13
2.2 FUNCIONAMENTO DOS BANCOS .....	16
2.3 SPREAD BANCÁRIO .....	20
<b>3 EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E NO EXTERIOR</b> .....	25
<b>4 DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL</b> .....	30
4.1 TAXA DE JUROS .....	30
4.2 CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO .....	34
4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	38
<b>5 ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL</b> .....	40
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

O volume global de crédito do sistema financeiro brasileiro, como percentual do PIB, tem aumentado desde 2003, de acordo com dados do BCB (gráfico 1). Apesar disso, esse percentual é baixo quando comparado com o de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo dados do Banco Mundial, o crédito doméstico ao setor privado no Brasil foi de apenas 43,6% do PIB em 2007 (gráfico 2).

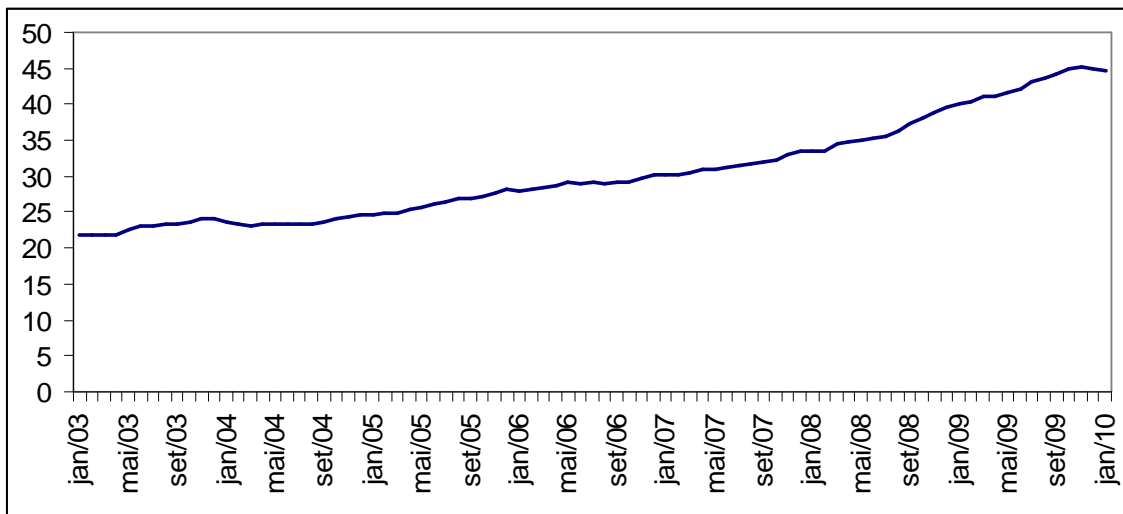


Gráfico 1 - Operações de crédito do sistema financeiro (Risco total)/PIB - %  
Fonte: BCB – Série Temporal n° 17474

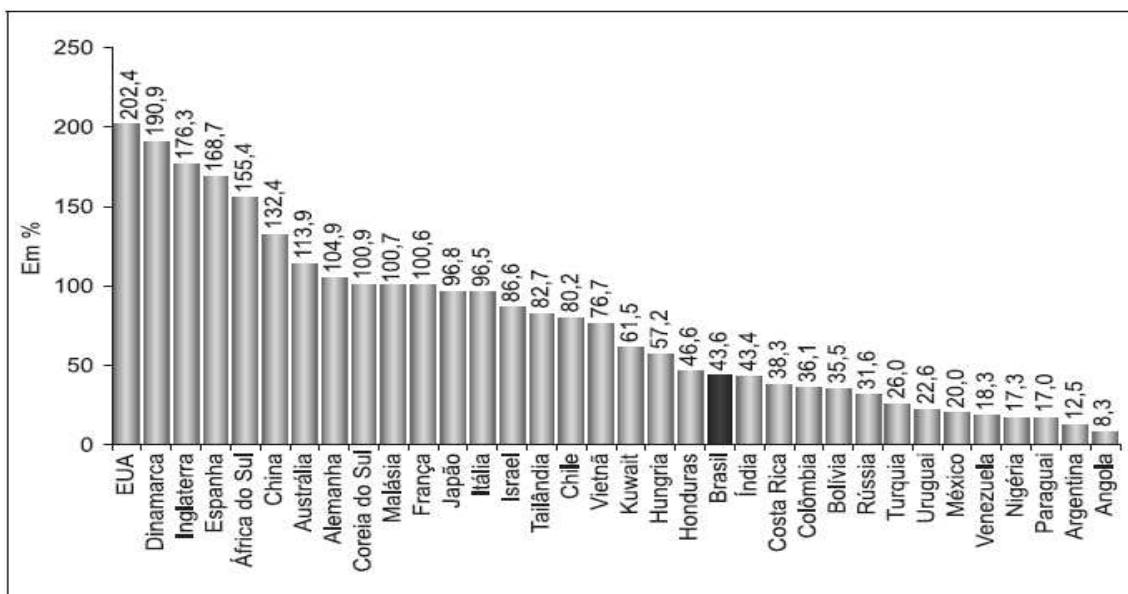


Gráfico 2 - Crédito Doméstico ao Setor Privado em 2007 (países selecionados)  
Fonte: Banco Mundial

O spread bancário pode ser conceituado como a diferença entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e a taxa de juros de captação dos recursos. Segundo levantamento<sup>1</sup> realizado pelo Fórum Econômico Mundial, com base em dados de instituições financeiras de 129 países em 2007, o spread bancário brasileiro é o segundo maior do mundo, perdendo apenas para o do Zimbábue (cuja economia passava por grandes dificuldades devido à hiperinflação).

Um dos motivos apontados para o baixo nível de crédito (em relação ao PIB) verificado no Brasil, em comparação com outros países em desenvolvimento, é o spread bancário elevado. De acordo com Mähler (2006), um spread bancário elevado restringe a expansão e o desenvolvimento da intermediação financeira, reduzindo o investimento e consumo, fundamentais para o crescimento econômico. Assim, entender os determinantes e a estrutura do spread bancário é de fundamental importância para que possam ser adotadas políticas econômicas que reduzam os custos dos empréstimos, e, conseqüentemente, possam expandir o volume de crédito no país.

Esta monografia tem como objetivo geral contribuir para o entendimento do spread bancário brasileiro e, como objetivo específico, analisar seus determinantes e sua estrutura no período 1999-2009. Para alcançar esse objetivo específico, primeiramente, será analisada a evolução do spread bancário brasileiro em comparação com a de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. Posteriormente, serão analisados os determinantes do spread bancário no Brasil, como a taxa de juros, crescimento econômico e concentração do setor. Por fim, será analisada a estrutura do spread bancário brasileiro, cujos principais componentes são os custos administrativos, as despesas de provisão para inadimplência, os tributos e a margem líquida dos bancos.

A monografia está dividida em seis capítulos, incluindo este capítulo introdutório e o último capítulo em que serão apresentadas as considerações finais. No segundo capítulo, serão apresentados aspectos teóricos sobre intermediação financeira, bancos e spread bancário. No terceiro capítulo, serão utilizados dados do Banco Mundial e do FMI para comparação do spread bancário brasileiro com o de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. No quarto capítulo, serão analisadas as diferentes visões sobre os determinantes do spread bancário brasileiro, com base nos principais estudos empíricos realizados no Brasil e no exterior. No quinto capítulo, serão analisados os componentes da estrutura do spread bancário brasileiro com base nos trabalhos do BCB e da FIPECAFI.

---

<sup>1</sup> The Global Competitiveness Report 2009-2010

## 2 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E SPREAD BANCÁRIO

Neste capítulo, dividido em três seções, serão apresentados aspectos teóricos sobre intermediação financeira, funcionamento dos bancos e spread bancário.

### 2.1 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Para melhor entendimento sobre o spread bancário, é necessário conhecer o processo de intermediação financeira realizado pelos agentes econômicos. Os agentes econômicos, de acordo com Lopes e Rossetti (2005), podem ser classificados quanto aos seus orçamentos correntes em:

- a) agentes econômicos com orçamento equilibrado: possuem gastos em consumo e investimento, com bens e serviços correntemente produzidos, iguais ao montante da renda recebida;
- b) agentes econômicos com orçamento deficitário: possuem gastos em consumo e investimento, com bens e serviços correntemente produzidos, superiores ao montante da renda recebida;
- c) agentes econômicos com orçamento superavitários: possuem gastos em consumo e investimento, com bens e serviços correntemente produzidos, inferiores ao montante da renda recebida.

A intermediação financeira pode ser definida como o processo de captação de recursos dos agentes econômicos superavitários para repasse aos agentes econômicos deficitários, efetuado pelas instituições financeiras. Os intermediários financeiros captam recursos junto aos agentes econômicos superavitários mediante uma taxa de captação e os emprestam aos agentes econômicos deficitários cobrando uma taxa de empréstimo, que deve cobrir o custo de captação, os gastos de intermediação, o risco, os tributos e o lucro para a atividade de intermediação. De acordo com Oreiro *et al* (2006), a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Esta incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em razão da inadimplência voluntária ou

involuntária dos tomadores, uma vez que o nível de inadimplência não é uma variável conhecida ex-ante pelo intermediário, que pode apenas estimar o seu nível.

De acordo com Lopes e Rossetti (2005), a função essencial da intermediação financeira é a de processar fluxos de financiamento indireto na economia. Os principais benefícios da intermediação financeira para a economia agregada são a elevação dos níveis de formação de capital e o aumento da eficiência da produção. Os principais benefícios da intermediação financeira para os agentes econômicos são a redução dos riscos, a redução dos custos de transação e a ampliação da possibilidade de obtenção de empréstimos por parte dos agentes deficitários, bem como de transformação dos excedentes orçamentários em ativos financeiros por parte dos agentes superavitários.

Custos de transação, de acordo com Hillbrecht (1999), são os custos necessários na negociação e garantia do cumprimento de um contrato, que incluem os custos de pesquisa, de informação e de decisão. Os intermediários financeiros reduzem seus custos de transação através de economias de escala e desenvolvimento de expertise. Economias de escala podem ser definidas como reduções no custo médio geradas pelo aumento da escala de produção, que, no caso dos intermediários financeiros, seriam reduções no custo médio de transação gerada por um aumento de escala no volume de transações financeiras. O conceito de expertise está relacionado ao desenvolvimento de técnicas voltadas para redução dos custos de transação, como por exemplo, a criação de máquinas de auto-atendimento e do internet banking pelos bancos.

Além dos custos de transação, é importante destacar o papel da informação no processo de intermediação financeira. Conforme Hillbrecht (1999), a assimetria de informações ocorre quando uma das partes envolvidas na transação não tem toda informação relevante para tomar sua decisão. A presença de assimetria de informações acarreta dois tipos de problemas no mercado financeiro:

- a) Seleção adversa: gerado antes da realização da transação, ocorre porque os tomadores de empréstimo de alto risco estão mais dispostos a aceitar as condições do empréstimo do que os tomadores de baixo risco. Como o emprestador não tem condições de avaliar adequadamente o risco, é mais provável que ele acabe emprestando aos tomadores de alto risco;
- b) Risco moral: gerado após a realização da transação, ocorre quando o emprestador não consegue monitorar as atividades do tomador de empréstimo, possibilitando que o tomador execute atividades prejudiciais ao emprestador, que possam reduzir o retorno ou aumentar o risco do investimento.

A seleção adversa e o risco moral podem impedir que os recursos dos agentes econômicos superavitários sejam transferidos para os agentes econômicos deficitários, gerando ineficiência na economia.

De acordo com Carvalho *et al* (2000), os intermediários financeiros podem ser classificados em bancários ou não bancários. Os intermediários bancários são os que realizam operações com ativos monetários (papel-moeda, depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança). Os principais intermediários financeiros bancários são os bancos comerciais, os bancos múltiplos, os bancos de investimentos e as cooperativas de crédito. Os intermediários financeiros não bancários são os que realizam operações com ativos financeiros não monetários, que são constituídos por diferentes tipos de títulos que dão sustentação às operações que se realizam no mercado de crédito e de capitais.

Os intermediários bancários são responsáveis pela maior parte do crédito no sistema financeiro brasileiro. De acordo com dados do BCB, os bancos criadores de moeda (definição que abrange bancos comerciais, Banco do Brasil S.A., bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal) foram responsáveis por 81,71% dos créditos ao setor privado e por 56,37% do total das operações de crédito do sistema financeiro nacional em 2009 (tabela 1).

Tabela 1 - Participação no saldo das contas do Ativo do sistema financeiro por tipo de instituição financeira (saldo em out/2009)

Contas do Ativo	Bancos criadores de moeda <sup>1</sup>	Outras instituições bancárias <sup>2</sup>	Instituições financeiras não bancárias <sup>3</sup>	Total (R\$ milhões)
Créditos ao governo federal <sup>4</sup>	44,73%	54,46%	0,81%	1.163.610,80
Créditos aos governos estaduais e municipais <sup>4</sup>	36,36%	58,07%	5,57%	15.540,09
Créditos a empresas públicas não financeiras	17,09%	82,89%	0,02%	34.431,84
Créditos ao setor privado	81,71%	14,61%	3,68%	2.029.700,70
Créditos aos bancos criadores de moeda	2,27%	88,02%	9,71%	654.730,51
Créditos a instituições financeiras não bancárias	1,64%	21,42%	76,94%	14.741,87
Total	56,37%	39,54%	4,08%	3.912.755,82

1. Abrange bancos comerciais, Banco do Brasil S.A., bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal.

2. Inclui bancos de investimento, BNDES, bancos estaduais de desenvolvimento, fundos de investimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário/APE e companhias hipotecárias.

3. Inclui sociedades de arrendamento mercantil, corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e agências de fomento.

4. Inclui dívida mobiliária.

Fonte: Boletim do BCB - volume 45 n°12, 2009.

## 2.2 FUNCIONAMENTO DOS BANCOS

Para entender melhor o funcionamento de um banco, é importante conhecer o seu balanço patrimonial, os riscos envolvidos em suas atividades e seus princípios básicos de administração. O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira de uma entidade. Essa demonstração possui três componentes: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. O passivo é o conjunto de obrigações adquiridas por um banco, que demonstra as origens de seus recursos. O ativo é o conjunto de bens e direitos, que demonstra como o banco efetua a aplicação desses recursos. O patrimônio líquido representa a composição do capital próprio do banco. As principais contas que constituem o ativo, o passivo e o patrimônio líquido de um banco estão listadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelo de Balanço Patrimonial de um banco

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	DEPÓSITOS
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	Depósitos à Vista
Aplicações no Mercado Aberto	Depósitos de Poupança
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	Depósitos Interfinanceiros
Aplicações Voluntárias no Banco Central	Depósitos a Prazo
Aplicações em Depósitos de Poupança	Outros Depósitos
(Provisões para Perdas)	
	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	Carteira Própria
Carteira Própria	Carteira de Terceiros
Vinculados a Compromissos de Recompra	Carteira Livre Movimentação
Instrumentos Financeiros Derivativos	
Vinculados ao Banco Central	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS
Moedas de Privatização	Recursos de Aceites Cambiais
Vinculados à Prestação de Garantias	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	Recursos de Debêntures
(Provisões para Desvalorizações)	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar
Créditos Vinculados	Obrigações Vinculadas

CONTINUA



## CONTINUAÇÃO QUADRO 1

Depósitos no Banco Central	Repasses Interfinanceiros
Convênios	Correspondentes
Tesouro Nacional – Recursos do Crédito Rural	Centralização Financeira – Cooperativas
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	
Repasses Interfinanceiros	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS
Correspondentes	Recursos em Trânsito de Terceiros
Centralização Financeira – Cooperativas	Transferências Internas de Recursos
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO
Recursos em Trânsito de Terceiros	Empréstimos no País - Instituições Oficiais
Transferências Internas de Recursos	Empréstimos no País - Outras Instituições
	Empréstimos no Exterior
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Obrigações por Aquisição de Títulos Federais
Operações de Crédito	
Setor Público	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS
Setor Privado	Tesouro Nacional
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	Banco do Brasil
	BNDES
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	CEF
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber	FINAME
Setor Público	Outras Instituições
Setor Privado	
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	Instrumentos Financeiros Derivativos
OUTROS CRÉDITOS	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR
Créditos por Avais e Fianças Honrados	Repasses do Exterior
Carteira de Câmbio	
Rendas a Receber	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Negociação e Intermediação de Valores	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados
Créditos Específicos	Carteira de Câmbio
Operações Especiais	Sociais e Estatutárias
Diversos	Fiscais e Previdenciárias
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	Negociação e Intermediação de Valores
	Operações com Loterias
OUTROS VALORES E BENS	Fundos e Programas Sociais
Investimentos Temporários	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento
(Provisões para Perdas)	Operações Especiais
Outros Valores e Bens	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
(Provisões para Desvalorizações)	Dívidas Subordinadas
Despesas Antecipadas	Diversas

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO QUADRO 1

ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
(Mesmas contas do Ativo Circulante que possuem saldo no Longo Prazo)	(Mesmas contas do Passivo Circulante que possuem saldo no Longo Prazo)
INVESTIMENTOS	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Dependências no Exterior	Resultados de Exercícios Futuros
Participações em Coligadas e Controladas	
No País	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
No Exterior	Capital
Outros Investimentos	De Domiciliados no País
(Provisões para Perdas)	De Domiciliados no Exterior
	(Capital a Realizar)
IMOBILIZADO DE USO	Recursos de Associados Poupadores
Imóveis de Uso	Reservas de Capital
Reavaliações de Imóveis de Uso	Reservas de Reavaliação
Outras Imobilizações de Uso	Reservas de Lucros
(Depreciações Acumuladas)	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Sobras ou Perdas Acumuladas
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Bens Arrendados	(Ações em Tesouraria)
(Depreciações Acumuladas)	
INTANGÍVEL	
Ativos Intangíveis	

Fonte: BCB - <<http://www.bcb.gov.br/?COSIF>>

A atividade de intermediação bancária possui diferentes riscos que devem ser administrados. De acordo com Saunders (2000), os principais riscos são:

- a) Risco de crédito: relacionado à possibilidade de atraso ou não pagamento do empréstimo por parte dos tomadores;
- b) Risco de flutuações da taxa de juros: relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de mudanças nas taxas de juros, que podem ocorrer em simples operações, como a de adquirir títulos primários como características de prazo e liquidez diferentes das apresentadas pelos títulos secundários que são vendidos;
- c) Risco de liquidez: relacionado à possibilidade do banco não possuir recursos financeiros suficientes para cobrir a demanda por dinheiro imediato por parte dos titulares de seus passivos;
- d) Risco de mercado: relacionado à possibilidade de perda financeira devido à instabilidade nos preços de mercado ou nas taxas de juros, afetando as posições de ativos e passivos mantidas pelo banco;

- e) Risco de flutuações da taxa de câmbio: relacionado à possibilidade de perdas financeiras devido ao volume de transações com moeda estrangeira que o banco efetua e ao grau de exposição externo do país em que o banco atua;
- f) Risco operacional: relacionado à probabilidade de perda direta ou indireta resultante de inadequação ou falhas dos processos interno, de funcionários, de sistemas ou ainda de eventos externos ao banco;
- g) Risco de insolvência: relacionado à insuficiência de recursos próprios ou internos para cobertura de perdas decorrentes dos riscos mencionados anteriormente.

Para redução desses riscos, conforme Hillbrecht (1999), os bancos devem administrar seus ativos e passivos de acordo com os seguintes princípios básicos:

- a) Administração de liquidez: para reduzir o risco de liquidez, os bancos podem aumentar seu volume de reservas em caixa, porém isso reduz suas possibilidades de conceder empréstimos e aplicar em outros ativos, ou seja, os bancos enfrentam um trade-off entre a sua exposição ao risco de liquidez e o retorno médio de seus ativos;
- b) Administração do risco de crédito: para redução do risco de crédito, os bancos podem efetuar a diversificação de portfólio, que consiste em conceder empréstimos para diferentes agentes econômicos, regiões geográficas e setores de atividade econômica; a análise de crédito, que consiste em analisar as condições de capacidade do tomador de pagar o empréstimo; e o racionamento de crédito, que consiste em não conceder empréstimos a uma determinada taxa de juros. Além disso, a imposição de cláusulas restritivas no contrato de empréstimo e a exigência de garantias para efetuar a operação são outros instrumentos que podem ser utilizados pelos bancos para redução desse risco;
- c) Administração de ativos: primeiramente, os bancos devem ter reservas suficientes para atender os saques e não sofrer perdas por realocação de ativos. Em segundo lugar, os bancos devem buscar obter o maior retorno possível dos empréstimos efetuados e dos títulos adquiridos. Por fim, os bancos devem buscar adquirir títulos de baixo risco com um retorno elevado;
- d) Administração de passivos: consiste nas atividades envolvidas na obtenção de fundos dos depositantes e outros credores e na determinação da composição apropriada de fundos para um banco em particular;
- e) Adequação de capital: o volume de capital próprio do banco deve ser adequado devido a três motivos. Primeiramente, para evitar a falência bancária, que ocorre quando o banco não possui ativos suficientes para pagar os seus depositantes e credores. Em

segundo lugar, por causa do retorno dos acionistas, que é afetado pela relação entre o capital próprio e os ativos totais do banco. Por fim, a adequação de capital é necessária para atender às exigências das autoridades responsáveis pela regulamentação bancária.

### 2.3 SPREAD BANCÁRIO

Para melhor entendimento dos trabalhos empíricos sobre os determinantes e a estrutura do spread bancário, que serão apresentados nos próximos capítulos, é importante conhecer as principais modalidades de empréstimo bancário no Brasil. De acordo com BCB (1999), foram consideradas as seguintes modalidades de crédito no segmento de pessoa jurídica:

- a) Hot money: operação de curtíssimo prazo (entre 1 a 29 dias) com procedimentos operacionais simplificados. Seus recursos são basicamente destinados para financiamento de capital de giro para as empresas cobrirem despesas imediatas como folha de pagamento e encargos fiscais;
- b) Conta garantida: operação que disponibiliza um determinado valor limite, vinculado à conta bancária de pessoa jurídica, que será utilizado para cobrir eventuais necessidades que ultrapassem seu saldo na conta;
- c) Desconto de duplicatas ou notas promissórias: operação caracterizada pelo adiantamento de recursos de duplicatas em cobrança ou notas promissórias, que são utilizadas como garantia;
- d) Capital de giro: operação com prazo superior a 30 dias que exige garantias como duplicatas, notas promissórias e/ou avais dos sócios e diretores da empresa. Destinada ao financiamento das atividades operacionais da empresa;
- e) Aquisição de bens: operação de financiamento para aquisição de um determinado bem, que geralmente é utilizado como garantia;
- f) Vendor: operação de financiamento de vendas baseada no princípio da cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento à vista. A empresa vendedora assume o risco juntamente com o banco, como intermediadora do negócio.

No segmento de pessoa física, as seguintes modalidades de crédito foram consideradas:

- a) Cheque especial: operação que disponibiliza um determinado valor limite, vinculado à conta bancária de pessoa física, que será utilizado para cobrir eventuais necessidades que ultrapassem seu saldo na conta;
- b) Crédito pessoal: operação de empréstimo que não é vinculada à aquisição de bens ou serviços;
- c) Aquisição de Bens (Crédito direto ao consumidor (CDC) e veículos): operação de financiamento para aquisição de bens e serviços.

De acordo com dados do BCB, a conta garantida é a modalidade de crédito, dentre as operações para pessoas jurídicas consideradas, que apresentou as taxas de juros anuais mais elevadas durante o ano de 2009. Em contrapartida, a operação de aquisição de bens foi a que apresentou taxas de juros anuais mais baixas durante o mesmo período (tabela 2).

Tabela 2 - Taxa de Juros pré-fixada (% a.a.) das principais modalidades de crédito para PJ

Mês 2009	Capital de giro	Conta garantida	Aquisição de bens	<i>Vendor</i>	<i>Hot Money</i>	Desconto de duplicatas	Desconto de notas promissórias
Jan	36,77	80,53	19,91	21,30	61,53	43,30	64,06
Fev	35,99	77,10	21,91	19,94	61,32	45,49	66,86
Mar	33,90	79,60	16,85	18,36	55,21	42,02	61,42
Abr	34,56	76,41	18,90	19,21	61,27	44,95	66,52
Mai	33,24	83,02	18,75	17,80	52,47	42,58	59,68
Jun	31,83	81,75	16,80	16,65	47,12	40,54	54,83
Jul	31,87	81,78	15,14	15,54	49,34	39,51	54,82
Ago	31,04	79,54	16,05	17,29	49,36	40,39	53,10
Set	30,46	79,62	16,07	16,26	51,00	40,40	54,94
Out	31,14	78,90	15,37	15,66	50,60	40,94	53,37
Nov	29,10	82,13	16,42	16,58	46,47	37,53	47,67

Fonte: BCB - < <http://www.bcb.gov.br/?TXCREDMES>>

Nas modalidades de crédito para pessoa física, o financiamento para aquisição de veículos foi a operação que apresentou as menores taxas de juros anuais durante o ano de 2009, enquanto que a operação de cheque especial apresentou, no mesmo período, as maiores taxas de juros anuais (tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de Juros pré-fixada (% a.a.) das principais modalidades de crédito para PF

Mês 2009	Cheque especial	Crédito pessoal	Aquisição de bens		
			Veículos	Outros	Total
Jan	172,01	56,51	34,66	66,14	38,14
Fev	166,72	54,49	31,75	63,96	35,17
Mar	169,13	50,84	29,67	63,81	32,94
Abr	166,31	48,78	29,88	60,41	32,74
Mai	167,78	46,62	29,15	55,84	31,63
Jun	166,99	45,64	26,85	55,25	29,40
Jul	167,33	44,78	26,92	53,85	29,28
Ago	161,01	44,29	26,21	54,42	28,64
Set	162,73	44,71	24,94	51,41	27,18
Out	160,01	45,74	25,56	50,01	27,62
Nov	163,30	43,64	25,30	51,78	27,50

Fonte: BCB - <<http://www.bcb.gov.br/?TXCREDMES>>

De acordo com BCB (1999), o spread bancário é obtido pela diferença entre as taxas de juros de aplicação (cobradas dos tomadores conforme a operação de crédito) e as taxas de juros de captação do mercado. As taxas de juros de captação do mercado podem ser classificadas em:

- a) Taxa de captação em operações com taxas de juros pré-fixadas: consiste na média das taxas diárias de remuneração dos CDBs ou RDBs para modalidades cujo prazo médio situa-se em torno de 30 dias. Para as modalidades com prazo superior a 30 dias, consiste na média das taxas referenciais dos contratos realizados no mercado de derivativos, que expressa a expectativa para a taxa básica de juros correspondente aos respectivos prazos;
- b) Taxa de captação em operações com taxas de juros pós-fixadas: consiste na taxa LIBOR, acrescida de prêmio de risco e variação cambial (medida pela diferença entre o dólar médio no mês e a cotação média do contrato futuro de dólar comercial negociado na bolsa) correspondentes a cada modalidade no segmento de pessoa física. No segmento de pessoa jurídica, consiste na média das taxas de captação de adiantamentos de contrato de câmbio e repasses externos, ponderadas pelos respectivos saldos;
- c) Taxa de captação em operações com taxas de juros flutuantes: consiste na média das taxas de remuneração dos CDIs.

De acordo com Leal (2006), o spread bancário pode ser interpretado como um indicador da eficiência da intermediação financeira, sendo que um nível elevado representa um alto

custo da intermediação bancária para os tomadores de empréstimos. A mensuração do spread bancário possui três características essenciais:

- a) Abrangência da amostra: o nível geral do spread bancário de um país é obtido a partir da consolidação de dados de diversas operações de crédito praticadas em diferentes bancos. Conforme será apresentado no capítulo sobre a estrutura do spread bancário, o nível do spread verificado nos bancos públicos brasileiros, por exemplo, é diferente do verificado nos bancos privados. Da mesma maneira, as taxas de juros cobradas pelos bancos variam muito de acordo com as características específicas de cada operação de crédito (conforme verificado nas tabelas 2 e 3), determinando um spread diferente em cada uma dessas operações. Assim, é necessário identificar quais as operações de crédito são consideradas no cálculo, bem como se a amostra dos bancos utilizada no modelo tem representação significativa do setor;
- b) Conteúdo: no cálculo do spread bancário podem ser consideradas as tarifas e comissões cobradas pelos bancos aos depositantes e aos tomadores de empréstimos, entre outras receitas de serviços. As tarifas e comissões são componentes do custo de intermediação bancária, uma vez que aumentam o custo dos tomadores de crédito e diminuem a remuneração recebida pelos depositantes;
- c) Origem da informação: de acordo com a origem da informação, o spread bancário pode ser classificado em ex-ante ou ex-post. O spread bancário ex-ante é a diferença entre a taxa de juros de empréstimo e a taxa de juros de captação do banco, obtida a partir de informações sobre as operações bancárias coletadas e divulgadas antes da realização de seu resultado contábil. Esta medida reflete as diversas expectativas dos bancos em relação à demanda, inadimplência, concorrência, entre outras variáveis. O spread bancário ex-post é o resultado da intermediação financeira realizado pelos bancos, de acordo com as receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e com o custo efetivo de captação dos recursos, obtidos a partir dos dados contábeis disponibilizados pelas instituições financeiras.

Além dessas características, é importante destacar que os trabalhos empíricos sobre spread bancário podem ser classificados em dois tipos de abordagem:

- a) A abordagem dos determinantes do spread bancário: objetiva identificar e quantificar as variáveis explicativas do spread bancário. Para isso, são utilizados modelos econométricos que possibilitam a previsão do impacto resultante da alteração dos fatores explicativos do spread bancário. Os principais determinantes utilizados nos

modelos são a taxa básica de juros (no caso do Brasil, a taxa SELIC), taxa de inflação, taxa de crescimento econômico e a concentração bancária;

- b) A abordagem da estrutura do spread bancário: objetiva identificar os componentes do spread bancário, ou seja, quais são os componentes de destino do spread bancário, através de estimativas de decomposição. Os principais componentes considerados nos modelos são os custos administrativos, as despesas de provisão para inadimplência, os tributos e a margem líquida dos bancos.

É importante ressaltar que a margem líquida dos bancos ou o lucro bancário é um dos componentes da estrutura do spread bancário, assim como os custos administrativos, os tributos e a inadimplência, portanto um spread bancário elevado não implica necessariamente em um lucro bancário elevado.



### 3 EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E NO EXTERIOR

Nos dois primeiros anos após a implantação do plano Real, houve uma redução acentuada do spread bancário brasileiro ex-ante, medido pelo BCB. Seu nível médio caiu de 146,44 % a.a. em fevereiro de 1995 (maior nível já registrado pelo BCB, que disponibiliza dados sobre o spread bancário a partir de julho de 1994) para 56,37% a.a. em dezembro de 1996, conforme gráfico abaixo. Esta redução acentuada foi verificada tanto no segmento de operações direcionadas para pessoa jurídica, como no segmento de operações destinadas para pessoa física. De acordo com BCB (1999), um dos motivos dessa redução foi a extinção dos compulsórios sobre determinadas operações ativas dos bancos.

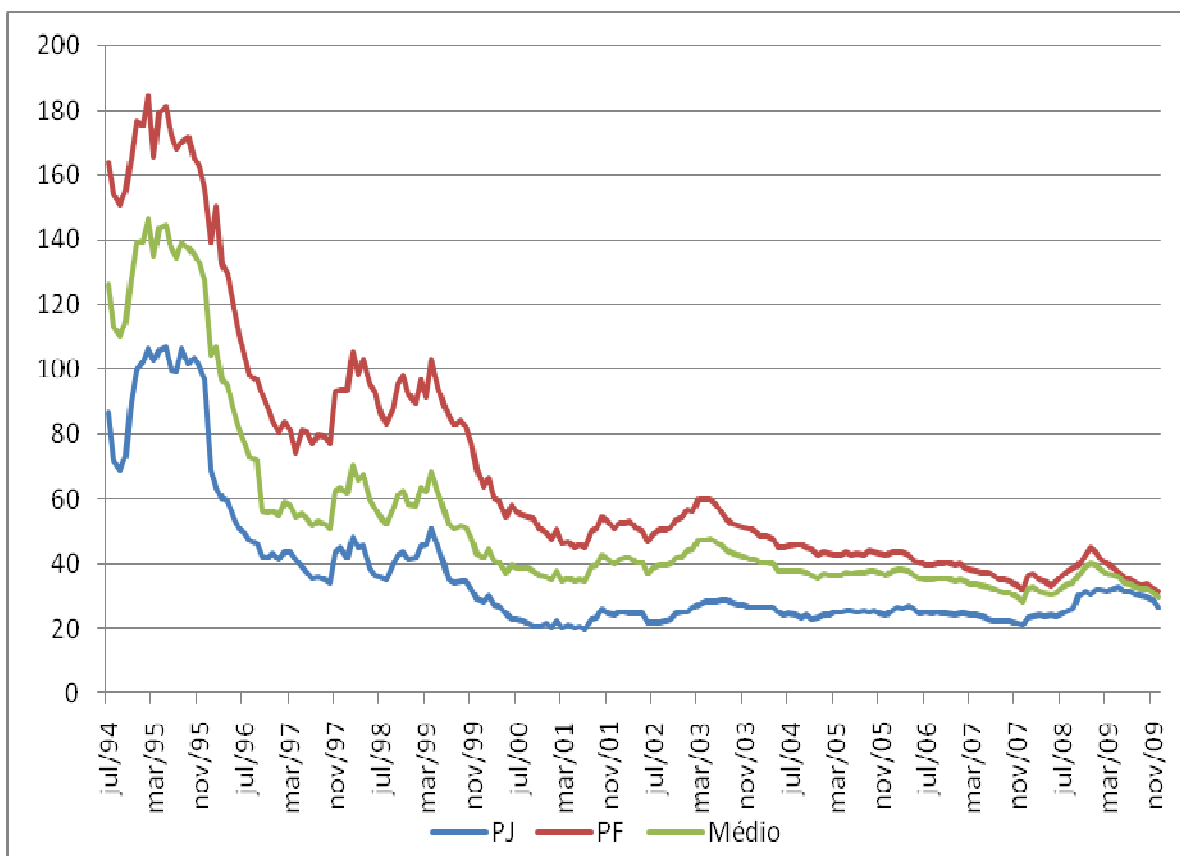


Gráfico 3 - Evolução do spread bancário médio das operações de crédito com recursos livres<sup>2</sup> e taxas de juros pré-fixadas (% a.a.)

Fonte: BCB – Séries Temporais n° 3955, 3956 e 3957.

2 Excluem-se as operações de crédito rural, de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou quaisquer outras lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais. O agrupamento pessoa jurídica compreende as modalidades de hot money, desconto de duplicatas, desconto de notas promissórias, capital de giro, conta garantida, aquisição de bens e vendor. O grupo pessoas físicas compreende cheque especial, crédito pessoal, aquisição de bens-veículos e outros bens.

A trajetória de queda acentuada do spread bancário, verificada a partir do início de 1995, perdurou até o último trimestre de 1996. Do último trimestre de 1996 até metade de 1999, o spread bancário apresentou grande volatilidade. Boa parte dessa volatilidade é explicada pelas mudanças na taxa de juros praticadas pelo governo brasileiro, conforme será apresentado com maiores detalhes no próximo capítulo.

Da metade de 1999 até metade de 2001, houve uma redução do spread bancário médio, que estava em torno de 50% a.a., para 35% a.a. De acordo com BCB (2000), essa redução pode ser explicada pela redução da taxa de juros básica da economia, pela redução do compulsório sobre depósitos à vista, pela extinção do compulsório sobre depósitos a prazo e pela redução da alíquota do IOF de 6% para 1,5%.

Porém, da metade de 2001 até a metade de 2003, houve um aumento do spread bancário médio, que praticamente reverteu a queda anterior, pois seu nível subiu de 35% a.a. verificado na metade de 2001 para o pico de 47,84% a.a. em maio de 2003. Essa reversão pode ser explicada, em parte, pelo aumento da meta da taxa SELIC, que passou de 16,75% a.a. em junho de 2001 para 26,5 % a.a. em fevereiro de 2003 e permaneceu nesse nível até junho de 2003. Além da elevação da taxa SELIC, são destacados os seguintes fatores em BCB (2001), BCB (2002) e BCB (2003) para o aumento do spread bancário:

- a) O aumento das incertezas relacionadas, primeiramente, à crise na Argentina, à desaceleração do crescimento econômico mundial. Posteriormente, em 2002, as incertezas associadas ao processo eleitoral, à aceleração da inflação e à depreciação cambial no Brasil;
- b) A elevação da alíquota do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a prazo;
- c) O aumento da CPMF de 0,3% para 0,38% em março de 2001;
- d) Aumento da taxa de inadimplência, principalmente no segmento de pessoa física.

Da metade de 2003 até o final de 2007, houve uma redução significativa do spread bancário médio, que baixou de 47,84% a.a. em março de 2003 para 28,4% a.a. em dezembro de 2007 (menor nível registrado pelo BCB até o último dado utilizado nessa monografia, de dezembro de 2009). Essa redução é resultado de uma diminuição maior do spread bancário no segmento de pessoa física, cujo nível passou de 60% a.a. em maio de 2003 para 31,9% a.a. em dezembro de 2007, em relação à diminuição verificada no segmento de pessoa jurídica, cujo nível passou de 28% a.a. em maio de 2003 para 21% a.a. em dezembro de 2007. Essa diminuição maior do spread bancário no segmento de pessoa física está relacionada, de acordo com BCB (2005), à regulamentação do crédito consignado, à efetivação de vários

acordos de cessão de créditos consignados do INSS e à entrada de novos bancos autorizados a operar nesse mercado, que aumentou a oferta de crédito e a concorrência nessa modalidade, forçando uma diminuição das taxas de juros cobradas dos tomadores. Além disso, algumas mudanças institucionais merecem destaque:

- a) A implementação do novo Sistema de Informações de Crédito, que possibilitou às instituições financeiras obter melhores informações sobre os potenciais tomadores, tornando mais rápida a concessão de crédito e com menores custos;
- b) A legislação sobre a criação da célula de crédito bancário, que trata sobre a legalidade da cobrança dos juros compostos no sistema financeiro e a extensão da aplicação da alienação fiduciária;
- c) A nova Lei de Falências, que criou condições para recuperação de empresas com dificuldades financeiras e aumentou a segurança jurídica nas operações de crédito destinadas às empresas.

O ano de 2008 foi marcado pelo aumento de spread bancário médio, cujo nível passou de 28,4% a.a. em dezembro de 2007 para 40% a.a. em dezembro de 2008. De acordo com BCB (2008), essa elevação se deve ao aumento das incertezas e da aversão ao risco decorrentes da crise financeira internacional. Além disso, merece destaque a elevação da meta da taxa SELIC, cujo nível no início do ano era de 11,25% a.a. e chegou a 13,75% a.a. no final de 2008. O ano de 2009 foi marcado pela reversão parcial do aumento verificado no ano anterior, pois o seu nível chegou a 29,81% a.a. em dezembro, nível ainda superior ao verificado em dezembro de 2007.

Apesar da redução do spread bancário brasileiro na última década, seu nível ainda permanece elevado para padrões internacionais. De acordo com dados<sup>3</sup> do FMI (tabela 4), o Brasil apresentou o maior spread bancário entre 140 países<sup>4</sup> no ano de 2008.

---

3 A medida ex-ante do spread bancário, é obtida através da diferença entre a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos para clientes “prime” (lending rates) e a taxa paga pelos bancos nos depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança (deposit rates), divulgadas pelo FMI.

4 Até a data de realização dessa monografia, não havia sido divulgado, pelo FMI, o spread bancário de 2008 do Zimbábue, país que apresentou o maior spread bancário em 2007, conforme informado anteriormente.

Tabela 4 - Spread bancário em países selecionados (% a.a.)

Posição – País	Spread
1° - Brasil	35,59
3° - Paraguai	22,73
5° - Peru	20,17
31° - Uruguai	9,22
36° - Argentina	8,42
46° - Colômbia	7,43
60° - Rússia	6,47
67° - Venezuela	6,22
75° - Chile	5,77
78° - México	5,66
97° - Tailândia	4,56
115° - Canadá	3,23
119° - China	3,06
121° - Malásia	2,95
130° - EUA	2,12
133° - Noruega	1,78
135° - Japão	1,32
136° - Coreia	1,30
137° - Finlândia	1,26

Fonte: IFS – FMI

Além disso, dados do FMI revelam que a redução do spread bancário, verificada no Brasil na última década, ocorreu também em outros países em desenvolvimento, como Rússia e México. No entanto, além de possuírem um nível inferior ao do Brasil em 1999, a redução verificada nesses países foi superior (em termos relativos) à do Brasil, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 - Evolução do spread bancário - países selecionados (% a.a.)

País \ Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	54,42	39,63	39,76	43,73	45,11	39,51	37,75	36,88	33,14	35,59	35,38
Rússia	26,03	17,92	13,06	10,75	8,50	7,65	6,69	6,35	4,89	6,47	6,72
México	12,14	8,67	6,56	4,45	3,94	4,74	6,24	4,22	4,36	5,66	5,06

Fonte: IFS - FMI

Costa e Nakane (2004) criticam a realização de comparação internacional do spread bancário através da utilização de dados divulgados pelo FMI, afirmando que não há garantia

de homogeneidade dos dados, principalmente em relação ao critério de escolha das operações utilizadas para compor a taxa média de empréstimo e, conseqüentemente, ao risco de crédito incorporado à variável calculada.

Para contornar o argumento acima, alguns autores utilizam em trabalhos empíricos, o conceito de margem líquida de juros como indicador de spread bancário, divulgado pelo Banco Mundial. Essa variável é definida como a proporção entre o valor contábil das receitas líquidas de juros sobre o total de ativos remunerados dos bancos. Porém, ao comparar os dados dessa variável, novamente, o Brasil apresenta um índice elevado para padrões internacionais, ocupando o terceiro maior índice em um ranking de 134 países<sup>5</sup>, de acordo com dados de 2008 do Banco Mundial.

Tabela 6 - Margem líquida de juros (países selecionados)

Posição – País	Percentual
1° - Congo	16,59%
2° - Guatemala	15,64%
3° - Brasil	14,18%
12° - Bolívia	9,16%
13° - Venezuela	8,96%
14° - Uruguai	8,77%
20° - Peru	7,61%
21° - Argentina	7,51%
29° - Paraguai	6,83%
40° - Colômbia	5,81%
44° - Rússia	5,66%
55° - Chile	4,71%
56° - México	4,67%
64° - EUA	3,81%
74° - Tailândia	3,22%
91° - Coréia do Sul	2,65%
99° - China	2,55%
102° - Alemanha	2,46%
111° - Índia	2,11%
119° - Noruega	1,76%
124° - Japão	1,55%
125° - Reino Unido	1,41%
131° - Finlândia	1,12%
134° - Mônaco	0,37%

Fonte: Banco Mundial

5 O último dado do Zimbábue, divulgado pelo Banco Mundial, é de 2006, ano em que o país liderou o ranking dessa variável com uma margem 34,6%.

## 4 DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo, serão analisados os principais determinantes do spread bancário brasileiro, apontados nos estudos empíricos realizados no Brasil e no exterior. O capítulo está dividido em três seções: taxa de juros, concentração do setor e crescimento econômico

### 4.1 TAXA DE JUROS

A taxa SELIC, de acordo com BCB, é a taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas. As operações compromissadas são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação no dia útil seguinte. Estão aptas a realizar operações compromissadas as instituições financeiras habilitadas, tais como bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Conforme BCB (2007), a taxa SELIC baliza o custo de captação das instituições financeiras, que consiste basicamente na taxa média dos CDBs nas operações com taxa de juros pré-fixadas, conforme apresentado anteriormente.

O nível e a volatilidade da taxa SELIC são apontados, em diversos trabalhos empíricos, como fatores determinantes para o elevado spread bancário verificado no Brasil. Koyama e Nakane (2002) analisaram os determinantes do spread bancário brasileiro no período de março de 1996 a setembro de 2001, através de um modelo econométrico ARFIMA<sup>6</sup>. Os resultados obtidos indicaram que o nível da taxa SELIC é um dos determinantes do spread bancário brasileiro.

Oreiro *et al* (2006), analisaram a influência das variáveis macroeconômicas sobre o spread bancário brasileiro, através de um modelo econométrico VAR com dados

---

<sup>6</sup> De acordo com LEAL (2006), o modelo ARFIMA tem como base o modelo autoregressivo integrado com média móvel (ARIMA), mas adicionalmente no modelo ARFIMA, o parâmetro do grau de diferenciação da série pode assumir valores não inteiros.

disponibilizados pelo BCB de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. Os resultados do modelo indicaram que o nível e a volatilidade da taxa SELIC são os principais determinantes do spread bancário brasileiro, sendo responsáveis, respectivamente, por 38% e 26% de sua variação no período analisado. Segundo os autores, o nível da taxa de SELIC influencia o spread porque ele é utilizado como piso para as taxas de empréstimos e “custo de oportunidade” para as operações de empréstimos, em razão da indexação de parte da dívida pública. Já a volatilidade da taxa SELIC influencia o spread porque eleva o risco de taxa de juros enfrentados pelos bancos e aumenta o grau de aversão ao risco.

Através do gráfico da evolução da taxa SELIC, é possível verificar que o período de maior volatilidade, dentro do espaço de tempo considerado no capítulo anterior, foi entre a metade de 1994 e a metade de 1999.

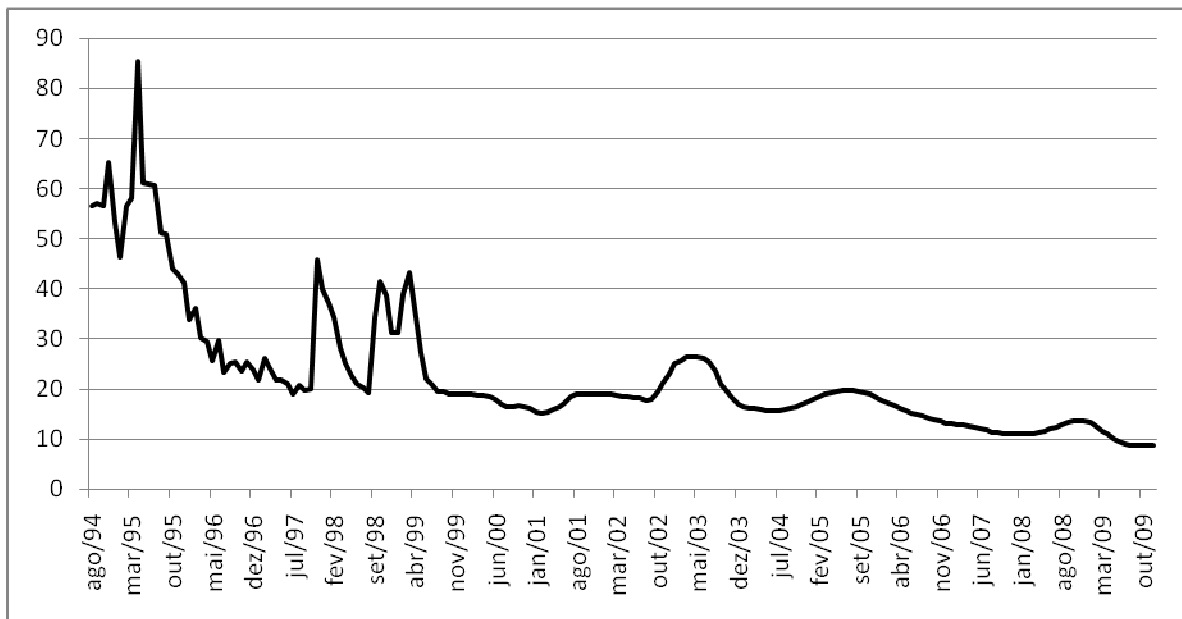


Gráfico 4 - Taxa SELIC acumulada no mês anualizada (% a.a.)

Fonte: BCB – Série Temporal n° 4189

Esse período de volatilidade da taxa de juros foi marcado pelo processo de estabilização financeira no Brasil, através da implantação do plano Real, e por diversas crises internacionais, as quais merecem destaque:

- a) A declaração de moratória da dívida externa pelo México, no final de 1994, que causou grande instabilidade no mercado financeiro internacional. O governo brasileiro reagiu aumentando a taxa de juros, que chegou ao pico 85% a.a. em abril de 1995, para tentar diminuir o processo de fuga de capitais, que foi muito forte na América Latina;

- b) A crise asiática, no segundo semestre de 1997, que fez o governo brasileiro elevar a taxa de juros de 19% a.a. em outubro 1997 para 46% a.a. em novembro de 1997, para tentar reduzir a evasão de suas reservas;
- c) A moratória russa, em agosto de 1998, que, de acordo com Averbug e Giambiagi (2000), fechou quase a totalidade do mercado para os países emergentes e forçou novamente o governo a elevar o taxa de juros, cujo nível atingiu 41,58% a.a. em outubro de 1998, o que não impediu, porém, que os capitais continuassem a sair do país;
- d) A crise cambial brasileira e a introdução do regime de metas de inflação em 1999, que foi acompanhada pela elevação da taxa de juros, cujo nível estava em torno de 31% a.a. em janeiro de 1999 para 43% a.a. em março de 1999.

Após esse período, é possível visualizar que o comportamento do spread bancário acompanha os movimentos de queda ou elevação na taxa SELIC. Os períodos que apresentaram redução do spread bancário (da metade de 1999 até metade de 2001 e da metade de 2003 até o final de 2007) são caracterizados pela redução da taxa SELIC. Da mesma forma, os períodos que apresentaram aumento do spread bancário (da metade de 2001 até a metade de 2003 e no ano de 2008), são caracterizados pelo aumento da taxa de juros.

Porém, a partir de junho de 2009, quando a taxa SELIC atingiu, pela primeira vez, um nível inferior a 10% a.a., o mesmo não ocorreu com o nível do spread bancário. Conforme visto no capítulo anterior, o ano de 2009 foi marcado pela redução do spread bancário, mas seu nível em dezembro ainda foi superior ao nível verificado em dezembro de 2007.

Além disso, apesar da taxa SELIC apresentar redução significativa em 2009, seu nível ainda é elevado para padrões internacionais. De acordo com dados do Banco Mundial, o Brasil apresentou em março de 2010 a maior taxa de juros real (taxa de juros básica descontada a inflação acumulada nos meses de abril de 2009 a março de 2010) entre 40 países desenvolvidos e em desenvolvimento.



Tabela 7 - Taxas de juros reais em 40 países selecionados

País	Taxa (% a.a.)
Brasil	3,90%
Indonésia	2,90%
Rússia	2,90%
China	2,60%
Colômbia	2,30%
Chile	2,00%
Hungria	1,90%
Japão	1,40%
Austrália	1,30%
África do Sul	1,20%
Argentina	1,10%
Portugal	0,80%
Malásia	0,70%
República Tcheca	0,70%
Alemanha	0,60%
Bélgica	0,30%
Holanda	0,20%
Espanha	0,20%
Polônia	0,00%
Filipinas	0,00%
México	-0,10%
França	-0,10%
Cingapura	-0,20%
Áustria	-0,20%
Itália	-0,30%
Hong Kong	-0,50%
Suíça	-0,60%
Coréia do Sul	-0,70%
Dinamarca	-0,80%
Suécia	-0,90%
Taiwan	-1,10%
Canadá	-1,60%
Grécia	-1,70%
Turquia	-2,30%
Tailândia	-2,30%
EUA	-2,40%
Israel	-2,90%
Inglaterra	-2,90%
Venezuela	-6,70%
Índia	-11,10%

Fonte: Banco Mundial

## 4.2 CONCENTRAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

A concentração do setor bancário brasileiro é apontada, em alguns trabalhos empíricos, como um dos fatores determinantes para o elevado spread bancário verificado no Brasil. Para melhor entendimento da concentração do setor bancário no Brasil, é necessário conhecer a origem desse processo e os principais indicadores utilizados para medir o grau dessa concentração.

De acordo com Corazza (2000), o plano Real provocou impactos profundos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil. Para adaptação ao fim das receitas inflacionárias, os bancos tiveram que alterar suas estruturas administrativas, através da redução de custos e criação de novas fontes de receitas, como as tarifas bancárias. Essa alteração no modo de funcionamento dos bancos foi acompanhada por um processo de fusões e aquisições, que levou à extinção de diversos bancos, ocasionada principalmente pela estabilização de preços, maior abertura e integração do país ao mercado financeiro internacional. Esse processo provocou a redução do número de bancos e uma acentuada concentração do sistema bancário.

Os principais indicadores utilizados para medir o grau de concentração bancária são a quantidade de bancos, a concentração dos depósitos bancários, o índice de Herfindhal e os Números Equivalentes. De acordo com Corazza (2000), o índice de Herfindahl é uma medida estatística de concentração, calculada pela soma dos quadrados da fatia de mercado de todos os bancos do sistema e é influenciada pelo número de participantes no mercado e pelo grau de concentração. Assim, se todos os bancos forem do mesmo tamanho, isto é, se todos tiverem a mesma fatia de mercado, o índice é igual a  $1/n$ , sendo “n” o número de bancos. No caso extremo de um só banco deter 100% do mercado, o índice é igual a 1. Os Números Equivalentes são calculados pelo inverso do índice de Herfindahl e indicam o número de bancos com a mesma fatia de mercado, ou seja, quanto menores os Números Equivalentes maior a concentração bancária e quanto maiores os Números Equivalentes menor a concentração do setor bancário.

De acordo com dados do BCB, houve redução significativa de todos os tipos de banco (bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e de investimento) no Brasil.

Tabela 8 - Evolução do número de bancos no Brasil por tipo

Tipo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Múltiplo	180	174	169	163	153	143	141	139	138	137	135	140
Comercial <sup>1</sup>	36	28	25	28	28	23	23	24	22	21	20	18
De Desenvolvimento	6	6	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
De Investimento	22	22	21	19	20	23	21	21	20	18	17	17
Total	246	232	221	216	206	194	190	189	185	181	177	180

1. Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros

Fonte: BCB - <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMPEV>>

O indicador de concentração dos depósitos bancários demonstra com mais evidência a concentração do setor bancário brasileiro. De acordo com dados do BCB, os 5 bancos que possuem os maiores saldos de depósitos à vista no Brasil (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa e Santander) foram responsáveis por 87% do total dos depósitos à vista de 106 bancos em 2009, conforme tabela abaixo.

Tabela 9 - Participação no total de depósitos à vista de 106 bancos em 2009

Banco	Saldos em Mil R\$	Percentual
BCO DO BRASIL S.A.	54.137.683,00	34,36%
BCO BRADESCO S.A.	34.225.352,00	21,72%
ITAÚ UNIBANCO	16.929.620,00	10,74%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	16.709.449,00	10,60%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	14.927.199,00	9,47%
HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	7.713.206,00	4,89%
BCO CITIBANK S.A.	3.402.677,00	2,16%
BCO DO EST. DO RS S.A.	2.100.304,00	1,33%
BCO SAFRA S.A.	1.655.804,00	1,05%
OUTROS BANCOS (Percentual < 1%)	5.775.175,00	3,66%
TOTAL	157.576.469,00	100,00%

Fonte: BCB - <<http://www4.bcb.gov.br/?RANKBAN>>

A concentração bancária verificada no Brasil é elevada para padrões internacionais. De acordo com dados do Banco Mundial, o índice de concentração bancária<sup>7</sup> no Brasil em 2008 foi superior aos índices apresentados por países desenvolvidos e em desenvolvimento (tabela 10).

<sup>7</sup> O índice de concentração bancária, calculado pelo Banco Mundial, consiste na participação dos ativos dos três maiores bancos do país no total dos ativos de todos os bancos do país.

Tabela 10 - Índice de concentração em países selecionados

País	Índice
Suécia	0,9919
Brasil	0,8324
Dinamarca	0,7949
Alemanha	0,7437
Reino Unido	0,7225
China	0,7214
Chile	0,5411
Coréia do Sul	0,5410
Japão	0,5399
Estados Unidos	0,3521
Índia	0,3364
Rússia	0,1401

Fonte: Banco Mundial

De acordo com BCB (2008), os impactos da concentração na concorrência do setor bancário são normalmente discutidos considerando-se duas hipóteses principais. A primeira hipótese é a de que o aumento na concentração bancária torna o mercado bancário menos competitivo, pois os bancos poderão exercer poder de mercado. A outra hipótese é a de que a elevação da concentração bancária aumenta a eficiência do setor bancário, supondo que os bancos mais eficientes crescem mais rapidamente e adquirem os menos eficientes. Assim, os bancos seriam levados a um ambiente de maior competição.

Um trabalho precursor, muito citado na literatura sobre spread bancário, é o modelo matemático desenvolvido por Klein (1971). Nesse modelo, o banco é tratado como uma firma que atua na produção de serviços de depósitos e de empréstimos através do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários. Conforme Oreiro *et al* (2006), uma implicação desse modelo é de que, em um mercado bancário oligopolista tanto na concessão de empréstimos como na captação de recursos, o spread bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor bancário. Portanto, para os autores, o aumento da concentração bancária no Brasil seria um determinante para o elevado spread bancário brasileiro.

Além da concentração bancária, os altos custos de transferência também contribuem para um spread bancário elevado. De acordo com BCB (2003), as modalidades de crédito relacionadas com a manutenção de contas bancárias, como cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoas jurídicas, fazem com que os tomadores tenham dificuldades para trocar de banco.

Por outro lado, Tonooka e Koyama (2003) desenvolveram um trabalho empírico para verificar se existe relação entre a taxa de juros dos empréstimos praticada pelos bancos e o grau de concentração de mercado no setor bancário brasileiro. Os autores analisaram 87 bancos e 12 modalidades de crédito entre janeiro de 2001 a fevereiro de 2002, sendo 7 modalidades de crédito direcionado às pessoas jurídicas (hot-money, desconto de duplicata, desconto de nota promissória, capital de giro, conta garantida, vendor e aquisição de bens) e 5 modalidades de crédito direcionado às pessoas físicas (cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, aquisição de veículos e aquisição de outros bens). O principal resultado obtido pelo modelo foi que o grau de concentração, medido pelo índice de Herfindahl, não tem influência sobre a taxa de juros sobre empréstimos, contrariando a hipótese do poder de mercado.

Na mesma linha, Gelos (2006) defende que a concentração bancária não é um determinante para o spread bancário elevado verificado no Brasil. Seu argumento é de que a diminuição do número de bancos não causou redução na concorrência, pois a concentração bancária que ocorreu no Brasil e na América Latina foi acompanhada por uma redução nas barreiras de entrada para os bancos estrangeiros. O autor expõe que, apesar do aumento da concentração do setor, o spread bancário no Brasil e na América Latina reduziu na última década, porém essa redução foi lenta.

Apesar da controvérsia sobre os impactos da concentração bancária verificada no Brasil, o BCB tem tomado diversas medidas, a partir de seu primeiro estudo sobre o spread bancário em 1999, com intuito de aumentar a concorrência no setor. As principais medidas tomadas nesse sentido foram:

- a) A obrigatoriedade dos bancos de informarem as taxas de juros efetivas, máxima e mínima praticadas nas principais operações de crédito, que são disponibilizadas no site do BCB;
- b) A obrigatoriedade dos bancos de fornecer informações cadastrais (dados pessoais, históricos de operações de crédito e saldo médio mensal mantido em conta corrente e em aplicações financeiras) dos últimos dois anos, quando solicitados pelos clientes, no prazo máximo de 15 dias da solicitação;
- c) A obrigatoriedade dos bancos de fornecer, inclusive nos extratos mensais gratuitos, informações detalhadas sobre os encargos financeiros cobrados na operação de cheque especial. Essas informações devem conter o período de incidência da cobrança, a taxa de juros efetivamente cobrada e os valores debitados a cada mês;

- d) A efetivação de vários acordos de cessão de créditos consignados do INSS e a entrada de novos bancos autorizados a operar nesse mercado, com o intuito de forçar uma queda nas taxas de juros para os tomadores dessa modalidade;
- e) Criação da resolução nº 3.401 em 2006, que possibilitou a transferência da operação de crédito contratada com uma instituição financeira para outra, cabendo à última realizar a quitação antecipada do crédito, sem cobrança de tarifas;
- f) Criação das resoluções nº 3.402 e nº 3.424, que possibilita o empregado sacar ou transferir os recursos de sua conta-salário sem o pagamento de tarifas. A conta-salário é um tipo especial de conta de registro e controle de fluxo de recursos, destinada a receber salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. A "conta-salário" não admite outro tipo de depósito além dos créditos da entidade pagadora e não pode ser movimentada através de cheques.

### 4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Além do nível e da volatilidade da taxa SELIC, o crescimento econômico, mensurado nos trabalhos empíricos através do crescimento do produto industrial, é apontado, em alguns trabalhos, como um dos determinantes do spread bancário no Brasil.

De acordo com Koyama e Nakane (2002), o impacto do crescimento econômico sobre o spread bancário possui duas interpretações. A primeira interpretação sugere que um aumento no nível de atividade econômica tende a gerar um aumento na demanda por empréstimos, contribuindo para um aumento do spread bancário no caso de exercício de poder de mercado pelos bancos. A segunda interpretação sugere que a disponibilidade de mais recursos para financiamento, relacionada a perspectivas econômicas otimistas que induzem a uma redução da inadimplência, tende a provocar uma redução do spread bancário.

Em seu modelo econométrico, Koyama e Nakane (2002) analisaram os determinantes do spread bancário brasileiro no período de março de 1996 a setembro de 2001. Os resultados indicaram que, além da taxa SELIC, o crescimento econômico é um determinante do comportamento do spread bancário no Brasil. No trabalho, a variável crescimento econômico foi mensurada pelo produto industrial dessazonalizado, divulgado pelo IBGE, que apresentou

coeficiente negativo, indicando que a melhoria nas perspectivas econômicas contribuiu para a redução do spread bancário.

Na mesma linha, Gelos (2006) defende que o aumento do nível de atividade econômica pode elevar o patrimônio líquido dos tomadores e contribuir para a redução do spread bancário. Em seu trabalho empírico, o autor analisou os determinantes do spread bancário na América Latina, através da comparação de dados de 85 países (14 deles países latino-americanos, incluindo o Brasil) no período de 1999 a 2002. Os resultados obtidos pelo modelo indicaram que os custos administrativos, as taxas de juros elevadas, o crescimento econômico baixo e as exigências de reservas são os principais determinantes do spread bancário elevado na América Latina, quando comparado com outros países em desenvolvimento.

Afanasieff *et al* (2002) estimaram o modelo de Ho e Saunders<sup>8</sup> para identificar os determinantes do spread bancário no Brasil. Os autores utilizaram dados de fevereiro de 1997 a novembro de 2000 e uma amostra de 142 bancos. Os resultados indicaram que as variáveis macroeconômicas, como a taxa SELIC e o crescimento econômico, são os principais determinantes do spread bancário no período. No entanto, a variável de crescimento econômico, medida pela primeira diferença do logaritmo da produção industrial com ajuste sazonal, apresentou coeficiente positivo, indicando que o aumento da produção industrial implicou em maiores taxas de empréstimos pela aversão dos bancos ao aumento da inadimplência.

Oreiro *et al* (2006) analisaram a influência das variáveis macroeconômicas sobre o spread bancário brasileiro, através de um modelo econométrico VAR com dados disponibilizados pelo BCB de janeiro de 1995 a dezembro de 2003. Os resultados do modelo também indicaram um coeficiente positivo para o crescimento econômico, mensurado pelo índice de produção industrial, divulgado pelo IBGE. De acordo com os autores, o índice de produção industrial foi responsável por 22% da variação do spread bancário no período, atrás do nível e da volatilidade da taxa SELIC, conforme apresentado anteriormente.

---

<sup>8</sup> Ho e Saunders (1981) desenvolveram um modelo através de regressão em dois estágios. O primeiro estágio estima o spread com as variáveis risco de inadimplência, custo de oportunidade das reservas requeridas e remuneração dos depósitos através de regressão linear para cada período. No segundo estágio, o spread é estimado com a variável “risco de juros” através de regressão em série temporal.

## 5 ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

A partir de 1999, o BCB iniciou uma série de estudos, com periodicidade anual, que apresentam a evolução da estrutura do spread bancário brasileiro e avaliam medidas para a redução do custo do crédito e expansão do crédito privado no país.

Conforme BCB (1999), o objetivo do primeiro estudo era identificar e mensurar os componentes do spread bancário, através das seguintes variáveis: cunha fiscal (impostos, taxas e recolhimentos compulsórios que oneram a intermediação financeira), o risco de crédito (inadimplência) e os custos operacionais dos bancos no período após a implantação do plano Real (julho 1994 a julho 1999). Esse estudo foi realizado a partir de uma amostra de 17 grandes bancos privados brasileiros responsáveis por quase 2/3 dos créditos concedidos pelo segmento privado na época (Itaú, Bradesco, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-AMRO, Mercantil Finasa, CCF, Citibank, Bozano Simonsen, BankBoston, Unibanco a partir de julho de 1998, HSBC a partir de janeiro de 1998, Santander a partir de janeiro 1998 e BFB a partir de janeiro de 1997). As modalidades de crédito consideradas, no segmento de pessoa jurídica, foram hot money, conta garantida, desconto de duplicatas, desconto de promissórias, capital de giro, aquisição de bens e vendor. No segmento de pessoa física, as modalidades consideradas foram cheque especial, crédito pessoal e aquisição de bens (incluindo CDC e automóveis). A representatividade dessas operações, no total de créditos do sistema financeiro, era de 56% no segmento de pessoa física e de 27,7% no segmento de pessoa jurídica.

Por limitações técnicas, a inadimplência, no segmento de pessoa física, foi mensurada a partir de uma amostra de financeiras (todas as financeiras independentes e as pertencentes a conglomerados, mas que não tiveram suas operações agregadas como uma carteira de banco múltiplo), como forma de aproximação dos valores relevantes dos empréstimos para pessoas físicas. Em relação ao segmento de pessoa jurídica, foram utilizados os dados de inadimplência inscritos na conta de “provisões para devedores duvidosos” de 7 bancos (ABN-AMRO, Credibanco, Citibank, BBA, BankBoston, Bozano Simonsen e CCF) que operavam predominantemente com grandes empresas.

Os números que explicam o spread praticado pelas instituições financeiras foram calculados com base na taxa de captação dos CDBs, incluindo o impacto dos impostos indiretos (PIS, COFINS, IOF e FGC), estimativa dos custos administrativos, estimativa da



inadimplência, impostos diretos (IR e CSLL), lucro líquido dos bancos, taxa de juros média dos empréstimos, impacto da CPMF e custo dos empréstimos ao tomador. Não foi considerado o custo médio da captação dos depósitos (à vista, a prazo e de poupança), pois segundo BCB (1999), a totalidade dos depósitos à vista e a quase totalidade dos depósitos de cadernetas de poupança estavam direcionados para depósitos compulsórios e aplicações compulsórias em crédito rural e crédito habitacional no período analisado.

O diagnóstico preliminar, apresentado em BCB (1999), era de que o nível elevado do spread bancário brasileiro seria explicado, em grande parte, pela inadimplência e pelo reduzido nível de alavancagem de empréstimos, que limita a diluição dos custos administrativos e de capital. Os resultados obtidos indicaram que a inadimplência foi o custo que mais onerou o spread bancário, responsável por 35% de sua composição, conforme tabela abaixo.

Tabela 11 - Estrutura do spread bancário em 1999

Componente	Proporção sobre o spread
Inadimplência	35%
Custos Administrativos	22%
Impostos Indiretos <sup>1</sup>	14%
Impostos Diretos	11%
Lucro Líquido	18%
Total	100%

1. Inclui CPMF

Fonte: BCB (1999)

O trabalho de decomposição do spread bancário recebeu algumas críticas em relação à metodologia utilizada. De acordo com Costa (2004), a utilização de uma amostra de financeiras para o cálculo da taxa de inadimplência, no segmento de pessoa física, distorce os resultados, pois as financeiras operam com taxas e níveis de inadimplência bem diferentes daqueles verificados no sistema bancário como um todo. Em relação às pessoas jurídicas, a utilização de uma amostra de sete grandes bancos que atuam preponderantemente com grandes clientes resulta em taxas de inadimplência subestimadas, em comparação ao verificado no mercado, pois esses bancos financiavam empresas com menor risco de crédito e tinham custos menores do que aqueles verificados nas operações dos bancos que trabalhavam com empresas de menor faturamento.

Além disso, as taxas de inadimplência foram calculadas a partir dos saldos contábeis constantes nas rubricas de provisão para devedores duvidosos. Costa (2004) afirma que essa conta não representa uma boa estimativa de inadimplência por não refletir com precisão a real

possibilidade de perda ou recuperação das operações, visto que na maioria dos casos ela obedece mais a questões fiscais do que reflete a qualidade do crédito.

Os trabalhos seguintes, realizados pelo BCB, tiveram como objetivo, a apresentação da evolução dos juros, das operações de crédito e do spread bancário e a avaliação dos trabalhos anteriores através da incorporação de informações adicionais e de alterações metodológicas. Além disso, os estudos apresentam propostas para a redução do spread bancário, medidas que foram adotadas e resultados obtidos com a implementação dessas medidas.

A principal alteração metodológica adotada na decomposição do spread bancário, em BCB (2000), foi o cálculo da inadimplência, que passou a ser efetuado através da utilização dos fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, apurados a partir dos demonstrativos mensais de resultado de 17 bancos, ao invés dos saldos de provisões para devedores duvidosos de uma amostra de financeiras. Além disso, a taxa de captação passou a ser calculada a partir de uma média das taxas individuais ponderada pela captação líquida de CDB de cada instituição – diferentemente do estudo anterior que utilizava como custo de captação a taxa média dos CDB emitidos pelo sistema bancário.

Outra alteração, que merece ser destacada em BCB (2000), foi a inclusão da “margem líquida dos bancos”, em substituição ao componente lucro líquido, definida como a parcela do spread bancário obtida após serem descontados os seus outros componentes: inadimplência, custos administrativos e impostos. Essa alteração foi efetuada para destacar que a margem líquida engloba não apenas o lucro líquido, mas também as compensações para operações obrigatórias não lucrativas, como por exemplo, o crédito rural obrigatório.

O resultado da decomposição, após as alterações realizadas em BCB (2000), apontou a margem líquida como o principal componente do spread bancário, conforme tabela abaixo.

Tabela 12 - Evolução da estrutura do spread bancário 1999 – 2000

Componente	Abr/1999	Ago/2000
Inadimplência	22,1%	14,2%
Custos Administrativos	12,7%	19,3%
Impostos Indiretos	14,8%	8,8%
Impostos Diretos	16,7%	21,3%
Margem Líquida	33,7%	36,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: BCB (2000)

Em BCB (2001), BCB (2002) e BCB (2003), não foram adotadas alterações na metodologia de cálculo da decomposição do spread bancário. A evolução da estrutura do

spread bancário, no período de 1999 a 2003, mostra um aumento da participação da inadimplência, que passou de 11,2% em agosto de 1999 para 19,1% em agosto de 2003 e da margem líquida, cuja participação aumentou de 28,8% em fevereiro de 1999 para 41,1% em fevereiro de 2003. A participação dos custos administrativos teve redução no período, passando de 22,1% em fevereiro de 1999 para 16,1% em agosto de 2003. A participação dos impostos indiretos, que apresentou uma pequena redução de 11,8% em agosto de 1999 para 8,1% fevereiro de 2000, se manteve estável nos anos posteriores. Da mesma maneira, a participação dos impostos diretos, que apresentou um aumento de 14,2% para 21,2% durante o ano de 1999, apresentou estabilidade nos anos seguintes.

Tabela 13 - Evolução da estrutura do spread bancário 1999 – 2003

Discriminação	fev/99	ago/99	fev/00	ago/00	fev/01	ago/01	fev/02	ago/02	fev/03	ago/03
Inadimplência	23,5%	11,2%	12,5%	13,5%	14,6%	15,8%	18,3%	17,0%	16,7%	19,1%
Custos Administrativos	22,1%	19,6%	19,4%	18,3%	17,9%	19,2%	15,2%	14,1%	12,8%	16,1%
Impostos Indiretos	11,5%	11,8%	8,1%	8,7%	8,5%	8,3%	8,4%	8,0%	8,2%	8,2%
Impostos Diretos	14,2%	21,2%	20,5%	20,2%	19,9%	19,2%	19,8%	20,7%	21,3%	19,1%
Margem Líquida	28,8%	36,1%	39,6%	39,3%	39,0%	37,4%	38,4%	40,2%	41,1%	37,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: BCB (2003)

O trabalho de decomposição do spread bancário, efetuado pelo BCB, no período de 1999 a 2003, também foi alvo de críticas, principalmente em relação à metodologia utilizada. Costa e Nakane (2004) destacaram os seguintes problemas que comprometiam os resultados obtidos:

- a) A utilização de uma amostra de 17 grandes bancos para a composição da taxa média de empréstimo causa um viés de seleção, pois apesar dos bancos escolhidos possuírem representação significativa no mercado de crédito bancário, sua escolha desconsidera as diferenças que existem entre os diversos segmentos do setor bancário;
- b) O processo de estimação dos custos administrativos: foi assumida a hipótese de que os bancos alocam seus recursos administrativos proporcionalmente à receita bruta gerada pelas operações de crédito. Essa hipótese desconsidera a existência de operações obrigatórias que absorvem recursos administrativos independente do retorno (que pode até ser negativo);

- c) A participação dos recolhimentos compulsórios no spread bancário foi desconsiderada a partir de BCB (2000) com base na hipótese de alíquota zero para compulsórios sobre depósitos a prazo e de não utilização dos recursos oriundos de depósitos à vista nas operações de crédito.

Em BCB (2004), foram adotadas alterações na metodologia de cálculo dos componentes do spread bancário, entre as quais merecem destaque:

- a) A ampliação da amostra utilizada de 17 para 77 bancos, com a inclusão de bancos públicos;
- b) A adoção de uma metodologia alternativa de alocação de custos, para estimação do componente “custos administrativos”, cujo rateio foi efetivado com base em noções de eficiência restrita e dentro de uma ótica de custos e não de acordo com a receita gerada pelas operações;
- c) A inclusão do cálculo do custo dos recolhimentos compulsórios como parcela do spread, abandonando a hipótese de independência entre mercados de captação e empréstimo utilizada nos trabalhos anteriores;
- d) A componente “margem líquida do banco” passou a ser denominado “resíduo do banco”, devido à dificuldade de calcular a parcela relativa ao subsídio cruzado<sup>9</sup>.

Os resultados obtidos com essas alterações indicaram os custos administrativos e o resíduo como os componentes mais significativos do spread bancário, conforme tabela abaixo:

Tabela 14 - Estrutura do spread bancário 2000 – 2003

Componentes	Proporção sobre o spread <sup>1</sup>			
	2000	2001	2002	2003
Custo do FGC	0,30%	0,23%	0,25%	0,24%
Custo do Compulsório	4,10%	4,54%	9,10%	5,04%
Custos Administrativos	28,78%	24,84%	24,09%	26,37%
Impostos Diretos	8,01%	7,00%	7,06%	7,85%
Impostos Indiretos	13,35%	15,67%	13,32%	12,96%
Inadimplência	20,41%	18,73%	20,26%	19,98%
Resíduo	25,05%	28,99%	25,92%	27,56%

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

Fonte: BCB (2004)

9 Conforme BCB (2003), subsídio cruzado é a parcela do spread bancário cobrada nas operações de crédito com recursos livres como uma compensação pela existência de crédito obrigatório com taxas subsidiadas, como o crédito rural e o crédito habitacional.

Em BCB (2005), houve nova atualização da metodologia de cálculo do spread bancário. A principal alteração foi na inadimplência, que passou a ser calculada com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e suas respectivas provisões mínimas (segundo parâmetros da resolução CMN nº 2.682, de dezembro de 2009).

Em BCB (2006) e BCB (2007), não foram adotadas alterações na metodologia de cálculo da decomposição do spread bancário. Os resultados obtidos indicaram a inadimplência e o resíduo como os componentes mais significativos do spread bancário, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2007 (%)

Componentes <sup>1</sup>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1-Spread Total	100	100	100	100	100	100	100
2-Custos Administrativos	13,18	15,02	11,79	14,18	15,46	12,36	13,5
3-Inadimplência	32,36	32,2	31,96	34,66	36,1	38,34	37,35
4-Compulsório	5,3	15,08	4,81	6,45	4,96	3,39	3,59
5-Impostos Indiretos	6,69	7,39	6,85	7,39	7,85	7,43	7,81
6-FGC	0,25	0,38	0,24	0,22	0,28	0,24	0,28
7-Resíduo Bruto <sup>2</sup>	42,23	29,92	44,36	37,1	35,35	38,24	37,46
8-Imposto Diretos	14,11	11,5	13,37	11,03	9,92	10,05	10,53
9-Resíduo Líquido <sup>3</sup>	28,12	18,42	30,99	26,07	25,43	28,19	26,93

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

2. Resíduo Bruto (7) = 1-(2+3+4+5+6)

3. Resíduo Líquido (9) = 7-8

Fonte: BCB (2007)

O último trabalho divulgado pelo BCB foi em 2008. Em BCB (2008), foi efetuada uma atualização da metodologia utilizada para a decomposição do spread bancário, cuja alteração mais relevante consiste na estimação do efeito dos subsídios cruzados causados pelo direcionamento obrigatório para o crédito rural e para o crédito habitacional. Para a inclusão dos créditos direcionados, foi alterada a metodologia da mensuração da taxa de captação, que passou a ser mensurada a partir da média ponderada entre as taxas dos depósitos a prazo (CDBs), dos depósitos em cadernetas de poupança e dos depósitos à vista de todos os bancos. Para estimar a participação dos recolhimentos compulsórios, foram utilizados os custos efetivos de captação dos depósitos bancários que originaram esses recolhimentos ao invés do custo de oportunidade. Com a inclusão do subsídio cruzado na decomposição do spread bancário, o componente "resíduo bruto/líquido" passou a ser denominado de "margem bruta/líquida, erros e omissões". Essa alteração de nomenclatura foi efetuada para destacar

que a margem líquida engloba a margem de lucro das instituições financeiras e eventuais erros de estimação e/ou de mensuração.

Tabela 16 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2008 (%)

Componentes <sup>1</sup>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1-Spread Total	100	100	100	100	100	100	100	100
2-Custos Administrativos	19,80	16,59	21,47	20,09	19,31	17,80	16,73	11,77
3-Inadimplência	28,33	29,78	33,32	28,82	33,06	35,87	32,70	33,60
4-Custos de direcionamento <sup>2</sup>	6,81	4,68	5,72	4,41	3,21	2,14	1,94	1,86
5-Impostos Indiretos	3,33	3,26	3,10	3,31	3,11	2,98	3,12	3,08
6-FGC	1,24	1,46	1,53	1,35	1,42	0,72	0,75	0,56
7-Margem Bruta <sup>3</sup>	40,48	44,23	34,85	42,03	39,89	40,50	44,75	49,13
8-Imposto Diretos	13,99	15,17	12,12	14,52	13,66	13,86	15,53	19,70
9-Margem Líquida <sup>3</sup>	26,49	29,06	22,73	27,51	26,23	26,64	29,22	29,43

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

2. Custo de direcionamento engloba o custo do compulsório e do subsídio cruzado.

3. Margem Bruta (7) = 1-(2+3+4+5+6) e Margem Líquida (9) = 7-8.

Fonte: BCB (2008)

Tabela 17 - Evolução da estrutura do spread bancário 2001 – 2008 (% a.a.)

Componentes <sup>1</sup>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1-Spread Total	39,95	42,46	41,52	35,56	36,4	34,76	28,4	39,98
2-Custos Administrativos	7,91	7,04	8,92	7,14	7,03	6,19	4,75	4,71
3-Inadimplência	11,32	12,64	13,84	10,25	12,03	12,47	9,29	13,43
4-Custos de direcionamento <sup>2</sup>	2,72	1,99	2,38	1,57	1,17	0,74	0,55	0,74
5-Impostos Indiretos	1,33	1,39	1,29	1,18	1,13	1,04	0,89	1,23
6-FGC	0,5	0,62	0,64	0,48	0,52	0,25	0,21	0,22
7-Margem Bruta <sup>3</sup>	16,17	18,78	14,47	14,94	14,52	14,08	12,71	19,64
8-Imposto Diretos	5,59	6,44	5,03	5,16	4,97	4,82	4,41	7,88
9-Margem Líquida <sup>3</sup>	10,58	12,34	9,44	9,78	9,55	9,26	8,3	11,76

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

2. Custo de direcionamento engloba o custo do compulsório e do subsídio cruzado.

3. Margem Bruta (7) = 1-(2+3+4+5+6) e Margem Líquida (9) = 7-8.

Fonte: BCB (2008)

Os resultados obtidos, em BCB (2008), indicaram que a margem bruta e a inadimplência foram os componentes mais significativos do spread bancário em todo o período analisado de 2001 a 2008. Os custos administrativos, o custo de direcionamento e o custo do FGC tiveram redução significativa na participação do spread bancário no período. A inadimplência, a margem bruta e líquida e os impostos diretos tiveram aumento na participação do spread bancário no período. A participação dos impostos indiretos apresentou estabilidade no período.

A inadimplência apresentou maior participação no spread bancário em 2006 (35,87%) e atingiu seu maior nível em 2008 (13,43% a.a.). No entanto, a inadimplência, verificada nas operações de empréstimo, financiamento, adiantamento e arrendamento mercantil concedidas pelas instituições integrantes do sistema financeiro nacional, apresentou queda no período analisado, atingindo seu menor nível em setembro de 2008 (2,8%), conforme gráfico abaixo.

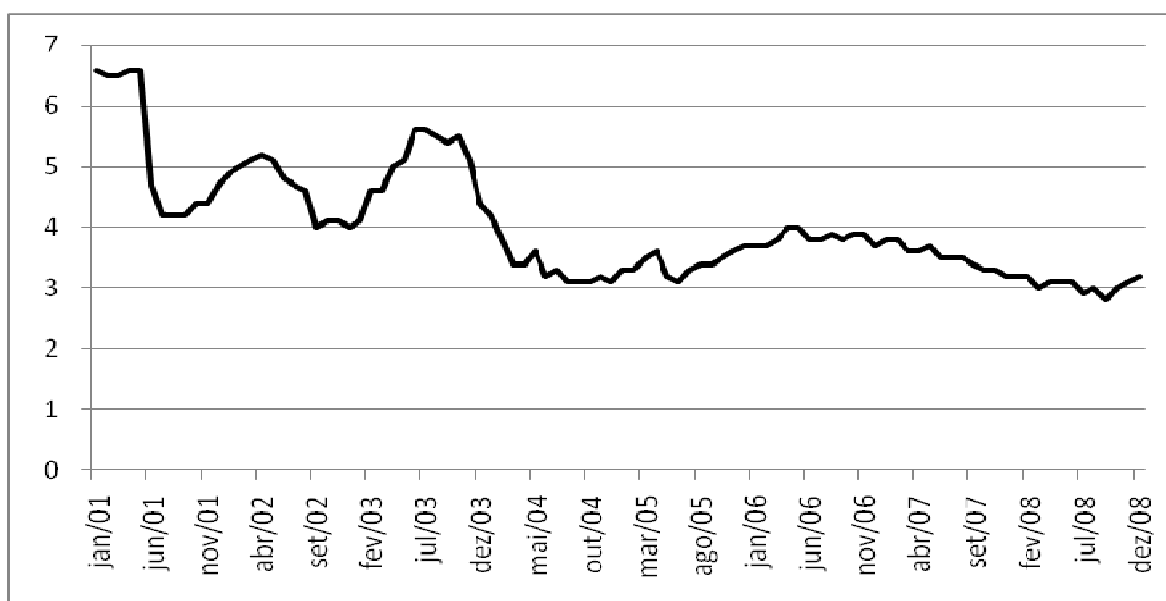


Gráfico 5 - Taxa de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional (%)

Fonte: BCB – Série nº 13661

De acordo com Fabris (2008), essa inconsistência entre a taxa de inadimplência observada e a participação da inadimplência no destino do spread bancário pode ser interpretada de duas maneiras. A primeira interpretação estaria na utilização, por parte do BCB, de uma estimativa inadequada, apesar das revisões em sua metodologia, da inadimplência na composição do spread, tornando o custo com a inadimplência superestimado e, conseqüentemente, o custo dos outros componentes subestimados. A outra interpretação é a de que a participação elevada da inadimplência no spread bancário seria uma estratégia de poder de mercado dos bancos, que estariam incluindo em suas taxas de juros aos tomadores um prêmio de risco excessivo.

Além da estrutura do spread bancário médio, foi estimada, em BCB (2008), a estrutura do spread bancário para os bancos públicos e para os bancos privados. A estrutura do spread bancário verificada nos bancos públicos foi diferente da estrutura verificada nos bancos privados (tabelas 18 e 19).

Tabela 18 - Evolução da estrutura do spread em bancos públicos 2004 – 2008 (% a.a.)

Componentes <sup>1</sup>	2004	2005	2006	2007	2008
1-Spread Total	39,64	41,54	36,66	28,73	37,00
2-Custos Administrativos	9,79	9,12	8,06	6,74	5,59
3-Inadimplência	16,25	16,71	15,39	12,68	15,05
4-Custos de direcionamento <sup>2</sup>	2,63	2,52	2,13	1,76	1,39
5-Impostos Indiretos	1,09	1,15	0,99	0,75	1,02
6-FGC	0,60	0,59	0,30	0,27	0,26
7-Margem Bruta <sup>3</sup>	9,28	11,44	9,79	6,53	13,69
8-Imposto Diretos	3,53	3,98	3,43	2,62	5,52
9-Margem Líquida <sup>3</sup>	5,75	7,46	6,36	3,91	8,17

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

2. Custo de direcionamento engloba o custo do compulsório e do subsídio cruzado.

3. Margem Bruta (7) = 1-(2+3+4+5+6) e Margem Líquida (9) = 7-8.

Fonte: BCB (2008)

Tabela 19 - Evolução da estrutura do spread em bancos privados 2004 – 2008 (% a.a.)

Componentes <sup>1</sup>	2004	2005	2006	2007	2008
1-Spread Total	34,49	34,99	34,25	28,32	40,98
2-Custos Administrativos	6,57	6,52	5,68	4,26	3,97
3-Inadimplência	9,00	10,93	11,68	8,45	11,96
4-Custos de direcionamento <sup>2</sup>	1,35	0,87	0,37	0,25	0,27
5-Impostos Indiretos	1,19	1,12	1,05	0,92	1,35
6-FGC	0,45	0,50	0,24	0,20	0,19
7-Margem Bruta <sup>3</sup>	15,93	15,06	15,23	14,25	23,23
8-Imposto Diretos	5,44	5,14	5,19	4,86	9,30
9-Margem Líquida <sup>3</sup>	10,49	9,92	10,04	9,39	13,94

1. Dados contábeis de dezembro de cada ano.

2. Custo de direcionamento engloba o custo do compulsório e do subsídio cruzado.

3. Margem Bruta (7) = 1-(2+3+4+5+6) e Margem Líquida (9) = 7-8.

Fonte: BCB (2008)

A inadimplência e a margem bruta são os principais componentes do spread bancário nas duas categorias, porém os bancos públicos apresentaram, no período de 2004 a 2008, maior participação dos custos administrativos, inadimplência e dos custos de direcionamento do que a verificada nos bancos privados. Conforme BCB (2008), a maior participação dos custos de direcionamento no spread dos bancos públicos se deve, em parte, pela concentração das concessões de crédito habitacional e rural nessas instituições.

Apesar disso, é importante destacar que o spread nos bancos públicos foi inferior ao verificado nos bancos privados no ano de 2008, revertendo a situação anterior, no período de



2004 a 2007, em que o spread dos bancos privados era inferior. De acordo com BCB (2008), essa reversão ocorreu porque os bancos privados reajustaram mais intensamente suas margens em face da piora do cenário econômico decorrente da crise financeira internacional e reviram mais intensamente para baixo a classificação de risco de suas novas operações de crédito.

Além dos trabalhos do BCB, é importante destacar o trabalho desenvolvido pela FIPECAFI, um órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo. Esse trabalho desenvolvido por solicitação da FEBRABAN em 2004, e posteriormente, revisado em 2006, tinha como objetivo apurar os principais componentes da estrutura do spread bancário brasileiro.

FIPECAFI (2006) utilizou uma amostra de 11 bancos, que representavam, em junho de 2005, 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário e respondiam por 76,4% do total dos créditos. As informações utilizadas no estudo foram obtidas por meio de questionários respondidos pelos bancos selecionados (via e-mail ou pessoalmente aos pesquisadores envolvidos no projeto).

As modalidades de crédito consideradas no estudo, para pessoas jurídicas, foram: capital de giro, conta garantida, aquisição de bens, vendor, hot money, desconto de duplicata, desconto de promissória, financiamento imobiliário, adiantamento de contrato de câmbio, export notes, crédito imobiliário, rural obrigatório, repasses BNDES e micro crédito. Para pessoas físicas, as operações considerados foram: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, financiamento imobiliário, aquisição de bens (veículos e outros), crédito imobiliário, rural obrigatório e micro crédito.

O modelo de apuração do spread bancário, utilizado em FIPECAFI (2006), é dividido em três etapas. Primeiramente é obtido o spread bruto através da diferença entre as receitas oriundas das operações de crédito e as despesas de captação, cujas parcelas são o custo do CDI e o ganho na captação. O custo do CDI é determinado pela multiplicação da média dos saldos de aplicações de cada produto pela taxa do CDI do primeiro semestre de 2005 (8,92%). O resultado na captação corresponde à diferença entre a despesa de captação calculada pela taxa do CDI e a despesa de captação calculada pela taxa média ponderada de captação efetivamente praticada pelo banco, que foi positiva no período analisado (primeiro semestre de 2005). Em segundo lugar é obtido o spread direto, através da diferença entre o spread bruto e as despesas diretas. As despesas diretas são compostas pelos impostos diretos sobre as receitas (impostos e taxas municipais, estaduais e federais de responsabilidade das instituições), a inadimplência, mensurada pelas despesas de provisão para devedores duvidosos, e o FGC. Por último, o spread líquido é obtido através da diferença entre o spread

direto e a soma dos impostos sobre os lucros (IR e CSLL) e das despesas operacionais, constituídas pelas “Despesas de Pessoal” e “Outras Despesas Operacionais”.

Os resultados obtidos, em FIPECAFI (2006), indicaram as despesas operacionais (47%), a inadimplência (26,54%) como os principais componentes do spread bancário. O spread líquido foi de 13,11%, sendo que seu nível no segmento de pessoa jurídica foi superior ao verificado no segmento de pessoa física.

Tabela 20 - Participação no spread bancário bruto - 1º semestre de 2005 (%)

DISCRIMINAÇÃO	PJ	PF	TOTAL
A-SPREAD BRUTO	100	100	100
B-Despesas Diretas	29,85	34,64	33,14
Impostos Diretos	4,66	4,65	4,65
Devedores Duvidosos	22,54	28,38	26,55
FGC	2,65	1,61	1,94
C-SPREAD DIRETO (A-B)	70,15	65,36	66,86
D-Pessoal e Outras Despesas Operacionais	53,72	43,93	47,00
E-SPREAD ANTES DO IR E CS (C-D)	16,43	21,43	19,86
F-Imposto de Renda e Contr. Social	5,59	7,29	6,75
G-SPREAD LÍQUIDO (E-F)	10,84	14,15	13,11

Fonte: FIPECAFI (2006)

A estrutura do spread bancário estimada em FIPECAFI (2006) mostra uma participação do spread líquido (13,11%) bem inferior à participação da margem líquida (26,23%) verificada em BCB (2008), para o ano de 2005. No entanto, esses resultados obtidos pela FIPECAFI devem ser considerados com cautela, já que sua metodologia apresenta os mesmos problemas de viés de seleção e de estimação da inadimplência dos primeiros trabalhos do BCB, identificados em Costa (2004) e em Costa e Nakane (2004).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O spread bancário brasileiro apresentou uma redução significativa no período analisado, seu nível baixou de mais de 100% a.a. em 1994 para menos de 30% a.a. no final de 2009. Porém, apesar dessa redução, o spread ainda é elevado para padrões internacionais, conforme comparação apresentada através de dados de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, divulgados pelo FMI e pelo Banco Mundial.

O principal determinante para redução do spread bancário brasileiro, no período analisado, foi a redução da taxa básica de juros – a taxa SELIC – que serve como base para a taxa de captação dos bancos. Diversos trabalhos empíricos apontaram uma relação estatisticamente significativa e positiva entre o nível e a volatilidade da taxa SELIC e o spread bancário. De fato, a taxa SELIC apresentou uma redução de 85,47% a.a. em abril de 1995 para 8,65% a.a. em dezembro de 2009. Apesar dessa redução, a taxa de juros real no Brasil ainda permanece elevada para padrões internacionais.

Outros determinantes do spread bancário, apresentados nessa monografia, são motivos de controvérsia em trabalhos empíricos. A concentração bancária, verificada no Brasil com maior intensidade a partir do processo de estabilização da inflacionária e de abertura ao mercado financeiro internacional, também apresenta um nível elevado para padrões internacionais, conforme dados do Banco Mundial. Alguns autores, como Oreiro *et al* (2006), argumentam que essa concentração é um empecilho para a redução do spread bancário, pois os grandes bancos exercem poder de mercado. Por outro lado, autores como Gelos (2006), defendem que a concentração não é um fator determinante, pois esse processo também ocorreu em outros países que possuem um spread bancário inferior ao verificado no Brasil.

Os trabalhos sobre a estrutura do spread bancário, desenvolvidos pelo BCB, apontaram a inadimplência e a margem líquida dos bancos como os principais componentes de destino do spread. A participação desses dois componentes foi significativa tanto nos bancos privados, como nos bancos públicos. Entretanto, a real participação da inadimplência no spread bancário é questionável, visto que apesar da metodologia utilizada em seu cálculo ter sido objeto de constantes atualizações ao longo do período analisado pelo BCB, a inadimplência observada nas operações do sistema financeiro apresentou queda nesse mesmo período.

De acordo com BCB (2008), a adoção de políticas voltadas para fomentar a concorrência no segmento bancário pode induzir a uma redução do spread bancário. Porém,

algumas medidas adotadas pelo BCB para fomentar a concorrência bancária são, no mínimo, tímidas. Por exemplo, divulgar, no site do BCB, o ranking das taxas de juros cobradas pelos bancos nas diferentes operações de crédito não parece uma medida significativa no Brasil, que possui um percentual baixo<sup>10</sup> da população com acesso à internet. De acordo com Oreiro *et al* (2006), é necessária a adoção de políticas mais consistentes para a redução do spread bancário, como a redução da taxa básica de juros, a redução da tributação sobre as operações de crédito, além de medidas voltadas à redução do risco de crédito e à ampliação da concorrência entre os bancos.

Infelizmente, a atual conjuntura econômica caracterizada internamente pela elevação da taxa SELIC pelo BCB, cuja meta passou de 8,75% a.a. para 9,5% a.a. em abril de 2010, para controle de pressão inflacionária e, no âmbito internacional, pela incerteza decorrente da crise das finanças públicas em alguns países europeus, como a Grécia, não apresenta um cenário otimista para a redução do spread bancário brasileiro, pelo menos no curto prazo.

---

10 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008, divulgada pelo IBGE, somente 23,8% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet.

## REFERÊNCIAS

AFANASIEFF, T. S. *et al.* The determinants of bank interest spread in Brazil. Money Affairs. V. 15, n. 2, p. 183-207, 2002.

AVERBUG, A. e GIAMBIAGI, F. A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e Consequências. Texto para discussão – BNDES, n° 77. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf)>. Acesso em março de 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil. 1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil - Avaliação de 1 ano do projeto. 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil - Avaliação de 2 anos do projeto. 2001. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil - Avaliação de 3 anos do projeto. 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil - Avaliação de 4 anos do projeto. 2003. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil - Avaliação de 5 anos do projeto. 2004. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2005. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2006. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2007. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2008. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em novembro de 2009.

CARVALHO, Fernando J. Cardim *et al.* Economia monetária e financeira : teoria e política. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CORAZZA, Gentil. Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. Disponível em <[www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)>. Acesso em novembro de 2009.

COSTA, A. C. A. Ensaio em microeconomia bancária. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

COSTA, A. C. A.; NAKANE, M. I. Revisitando a metodologia de decomposição do spread bancário no Brasil. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/bacen/Artigos/SpreadRevFinalset04.PDF>>. Acesso em novembro de 2009.

FABRIS, Maria Juliana Zeilmann. O spread nas alturas – uma crônica do sistema bancário no Brasil. Disponível em <<http://www.sinal.org.br/prc/Spreadnasalturas.pdf>>. Acesso em novembro de 2009.

FIPECAFI. Estudo sobre a apuração do spread da indústria bancária. São Paulo, 2006. Disponível em <[http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/fipecafi\\_port\\_net.pdf](http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/fipecafi_port_net.pdf)> Acesso em novembro de 2009.

GELOS, R. Gaston. Banking Spreads in Latin América. IMF Working Paper Series. Washington, n. WP/06/44, p.1-31, 2006.

HILLBRECHT, Ronald Otto. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 1999.

HO, T. S. Y.; SAUNDERS, A. The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence. Journal of Financial and Quantitative Analysis, v. 16, p. 581-600, 1981.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em março de 2010.

KLEIN, M. A. A theory of the banking firm. Journal of Money, Credit and Banking, v. 3, n. 2, p. 205-218, 1971.

KOYAMA, S.; NAKANE, M. Os determinantes do spread bancário no Brasil. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2002nt19\\_composicaodospread2p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2002nt19_composicaodospread2p.pdf)>. Acesso em novembro de 2009.

LEAL, Rodrigo Mendes. Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 2005.

MÄHLER, Jacqueline Maria Bortolotti. A composição do spread do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

OREIRO, José Luiz *et al.* Determinantes Macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. Economia Aplicada. São Paulo, V. 10, N. 4, P. 609-634, outubro/dezembro 2006.

SAUNDERS, Anthony. Administração de instituições financeiras. São Paulo: Atlas, 2000.

TONOOKA, E. K.; KOYAMA, S. M. Taxas de Juros e concentração bancária no Brasil. Trabalhos para Discussão nº 62, Banco Central do Brasil. Brasília, 36p., fev. 2003.